

INSTRUÇÕES

Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na Folha de Respostas, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO e nas questões da prova marque ao lado o comando. A ausência de marcação não penaliza e a marcação de ambos os campos serão apenadas. Para devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção das suas provas objetivas. Caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura Situação hipotética: ... seguida de Assertiva: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta. Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "Espaço livre" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunhos etc.

TEXTO I

Em um mundo cada vez mais conectado por telas e imerso em rotinas sedentárias, a relevância da prática esportiva e da adoção de uma vida saudável ganha contornos de urgência. Longe de ser apenas uma opção de lazer, o esporte se configura como um pilar fundamental para o desenvolvimento humano integral, abrangendo aspectos físicos, mentais e sociais. Nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, por exemplo, testemunhamos não apenas a superação de limites individuais, mas também a celebração da diversidade e da inclusão, onde atletas de diferentes origens e capacidades inspiram milhões ao redor do globo. A magnitude desses eventos, contudo, não deve ofuscar a importância do esporte em contextos mais próximos, como o futebol comunitário nos bairros periféricos, que serve como catalisador social, promovendo a cooperação, o respeito às regras e a construção de laços de solidariedade entre jovens.

Ademais, a simples inserção de atividades físicas regulares, como caminhadas em parques ou a adesão a grupos de corrida, possui um impacto transformador na saúde coletiva. A ideia de que mente sã reside em corpo sã é um axioma que se solidifica a cada pesquisa científica que aponta a correlação entre a atividade física e a redução de doenças crônicas, melhora da função cognitiva e diminuição dos níveis de estresse e ansiedade. No ambiente escolar, a educação física, muitas vezes relegada a segundo plano, deveria ser revitalizada e compreendida como uma disciplina essencial na formação de hábitos saudáveis, na promoção da disciplina e no desenvolvimento de habilidades motoras e interpessoais. É imperativo que as políticas públicas incentivem a criação de espaços e programas que tornem a prática esportiva acessível a todos, independentemente de idade, condição socioeconômica ou aptidão física, pavimentando o caminho para uma sociedade mais robusta e equilibrada. A valorização do esporte e da vida saudável é, em última análise, um investimento direto no futuro das próximas gerações e na qualidade de vida presente. O desafio reside em transcender a percepção do esporte como mera competição e elevá-lo ao status de ferramenta essencial para o bem-estar e a integração social.

(Adaptado de Jornal do Brasil, nov. 2024)

Com base no texto acima, julgue o item a seguir.

01-(IBED) A expressão “contornos de urgência”, no primeiro parágrafo, pode ser substituída, sem prejuízo de sentido e correção gramatical, por “matizes de premente necessidade”. A substituição mantém a ênfase na criticidade da situação

abordada pelo autor.

02-(IBED) No segmento “A magnitude desses eventos, contudo, não deve ofuscar a importância do esporte em contextos mais próximos [...]”, a conjunção “contudo” poderia ser substituída por “porquanto” sem que houvesse alteração no sentido adversativo e na correção gramatical da frase, pois ambas estabelecem uma relação de oposição entre as ideias.

03-(IBED) O autor do texto defende a tese de que o esporte, em suas diversas manifestações, age como um mero passatempo, cujo principal objetivo é a competição, minimizando sua função social e integradora em comunidades carentes ou no ambiente escolar, conforme explicitado no segundo parágrafo.

04-(IBED) A oração “que tornem a prática esportiva acessível a todos”, presente no segundo parágrafo, possui um pronome relativo que retoma o termo “programas”, funcionando como adjunto adnominal, e estabelece uma relação de finalidade, indicando o propósito das políticas públicas mencionadas.

05-(IBED) A palavra “axioma”, empregada no segundo parágrafo (“a ideia de que mente sã reside em corpo sã é um axioma”), refere-se a uma proposição evidente por si mesma, que não necessita de demonstração, e sua utilização no contexto sugere que a relação entre saúde mental e física é universalmente aceita.

06-(IBED) As políticas públicas são iniciativas governamentais que buscam solucionar problemas sociais e promover o bem-estar da população, sendo que a fase de formulação de uma política pública envolve preponderantemente a ação do poder executivo, prescindindo de outras instâncias como o legislativo e a sociedade civil organizada, que atuam apenas na fase de avaliação e controle.

07-(IBED) No contexto do Estado de Direito consolidado pela Constituição Federal de 1988, o presidencialismo, como sistema de governo, assegura a supremacia do Poder Executivo sobre os demais, visto que o presidente da República concentra as funções de chefe de Estado e de chefe de governo, o que lhe confere autonomia decisória irrestrita e o isenta da necessidade de coordenação com o Poder Legislativo para a efetivação de suas políticas.

08-(IBED) O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), instituído pelo Decreto nº 7.037/2009, estabelece diretrizes e ações programáticas para a promoção e proteção dos direitos humanos no Brasil, abordando, entre outros eixos, o combate às discriminações de gênero e raça. Entretanto, sua execução e monitoramento são atribuições exclusivas do Poder Executivo Federal, não havendo previsão para a participação de órgãos estaduais ou municipais na implementação de suas estratégias.

09-(IBED) A democracia e a cidadania, no bojo da Constituição de 1988, garantem a participação popular na gestão do Estado, mas limitam essa participação aos ritos eleitorais periódicos, não reconhecendo mecanismos de participação direta como os conselhos gestores de políticas públicas ou as audiências públicas como esferas legítimas de tomada de decisão, por entenderem que tais instâncias sobrepõem-se à representação parlamentar.

10-(IBED) A diversidade e inclusão na sociedade contemporânea, conforme previsto nos marcos legais e normativos brasileiros, como o PNDH-3, pressupõem o reconhecimento e a valorização das diferenças étnico-raciais, de gênero e sexualidade. No entanto, o conceito de diversidade cultural restringe-se às manifestações artísticas e folclóricas, não englobando as distintas visões de mundo e modos de vida de grupos minoritários, que muitas vezes enfrentam barreiras estruturais para sua plena inclusão.

11-(IBED) A história de Parnaguá, Piauí, está intrinsecamente ligada à colonização portuguesa, sendo considerada uma das primeiras vilas do estado. Sua origem remonta ao século XVII, com a chegada de bandeirantes que buscavam novas terras e riquezas, estabelecendo um núcleo populacional que se consolidou devido à pecuária extensiva, tornando-se um importante entreposto comercial da região, antes mesmo da fundação de outros povoados mais conhecidos do sertão piauiense.

13-(IBED) O município de Parnaguá abriga a maior lagoa de todo o estado do Piauí, conhecida como Lagoa de Parnaguá, que constitui o principal atrativo turístico natural da região. Esta característica geográfica diferencia o município de outras localidades do sudeste piauiense e representa importante recurso hídrico para a população local.

13-(IBED) Parnaguá, no sudeste do Piauí, é caracterizada por um relevo predominantemente montanhoso e clima tropical úmido, com vasta área de vegetação de Mata Atlântica preservada. Essa condição geográfica atrai um turismo ecológico significativo, impulsionando a economia local através de atividades como trilhas e observação de fauna silvestre em parques nacionais próximos que possuem seu entorno na Região metropolitana de Parnaguá.

14-(IBED) A cultura popular de Parnaguá é rica e diversificada, destacando-se as festividades juninas com a tradicional dança do Bumba-meu-boi e as manifestações religiosas católicas, com procissões e festeiros. No entanto, a culinária local não apresenta traços distintivos, sendo meramente uma reprodução da cozinha nordestina genérica, sem pratos típicos ou ingredientes que reflitam a especificidade da região, limitando-se ao consumo de galinha caipira e arroz com feijão.

15-(IBED) O município de Parnaguá, devido à sua localização geográfica estratégica, possui um grande potencial hídrico, com destaque para a presença de diversas cachoeiras e lagos perenes que abastecem toda a região do semiárido piauiense, sendo o Lago de Parnaguá o maior e mais importante, fundamental para a economia pesqueira e para o abastecimento de água potável de cidades vizinhas.

16-(IBED) Situação hipotética: Uma empresa municipal de saneamento básico planeja implementar um sistema de monitoramento de fluxo de água em tempo real para otimizar a distribuição e detectar vazamentos. Assertiva: Para a consecução desse objetivo, a tecnologia 5G seria mais vantajosa que as redes 4G não apenas pela maior largura de banda e menor latência, mas principalmente por permitir a conexão de um número significativamente superior de dispositivos (IoT), o que é essencial para uma rede de sensores distribuídos em grande escala, otimizando o gasto energético e a eficiência da transmissão de dados nesse cenário.

17-(IBED) No contexto de governança digital no setor público, a migração de sistemas e dados para a Computação em Nuvem, como AWS ou Azure, embora possa oferecer escalabilidade e elasticidade, implica necessariamente a perda total do controle sobre a infraestrutura física e lógica por parte da entidade pública, comprometendo a soberania de dados e tornando a solução inapropriada para informações classificadas ou estratégicas que demandam controle absoluto sobre o ambiente de processamento.

18-(IBED) A diferença fundamental entre Hardware e Software reside no fato de que o Hardware representa todos os componentes lógicos e abstratos de um sistema computacional, como sistemas operacionais e aplicativos, enquanto o Software engloba as partes físicas e tangíveis, como processadores, memória RAM e discos rígidos, que são indispensáveis para a execução das instruções programadas.

19-(IBED) Situação hipotética: Um usuário acessa um portal de serviços públicos municipais através de seu smartphone e realiza a emissão de uma certidão. Assertiva: Nesse cenário, o acesso mobile, por ser otimizado para telas menores e interfaces táteis, tipicamente envolve uma versão simplificada do portal web, o que garante maior segurança na transmissão de dados criptografados, mas inviabiliza a utilização de recursos avançados que estão disponíveis apenas na versão desktop devido a restrições de processamento dos dispositivos móveis.

20-(IBED) Dispositivos conectados sem fio, como roteadores Wi-Fi ou dispositivos Bluetooth, operam exclusivamente na camada física do modelo OSI (Open Systems Interconnection) para o envio de dados via ondas de rádio, o que os torna intrinsecamente menos seguros que as conexões cabeadas e mais suscetíveis a ataques de negação de serviço (DoS) por sobrecarga de frequência, independentemente da implementação de protocolos de autenticação ou criptografia em camadas superiores.

21-(IBED) Nos termos do art. 147, § 3º, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a comprovação de aptidão física e mental para a condução de veículo automotor dar-se-á por meio de exame realizado por médico perito examinador, que deverá ser credenciado pelo órgão executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, sendo que o não cumprimento deste requisito pode acarretar nulidade do processo de habilitação, ainda que o condutor possua experiência comprovada em direção.

22-(IBED) Situação hipotética: Um condutor, ao trafegar em um veículo de emergência, como uma ambulância, devidamente sinalizada e em serviço de urgência, desrespeita um sinal vermelho e causa um acidente. Assertiva: Neste caso, a prerrogativa conferida aos veículos de emergência pela legislação de trânsito exime o condutor da responsabilidade civil e penal pelo acidente, desde que comprovada a urgência do atendimento e a correta sinalização do veículo.

23-(IBED) A suspensão do direito de dirigir, como penalidade imposta pela autoridade de trânsito, sempre implicará, caso o condutor seja flagrado dirigindo durante o período de suspensão, na imediata cassação de sua Carteira Nacional de Habilitação, independentemente da gravidade da infração original que gerou a suspensão.

24-(IBED) Conforme as normas de condução de veículos de emergência, a necessidade de utilização de sinais sonoros e luminosos deve ser avaliada criteriosamente pelo condutor, e sua indevida utilização, mesmo em serviço de urgência, pode sujeitar o condutor às penalidades de trânsito, inclusive a suspensão do direito de dirigir, por configurar uso indevido de privilégios.

25-(IBED) No contexto da direção defensiva, a distância de segurança, também conhecida como distância de seguimento, deve ser calculada de modo a permitir que o condutor tenha tempo hábil para reagir a uma situação inesperada e frear o veículo com segurança, sendo que a chuva intensa e a visibilidade reduzida não alteram substancialmente o cálculo desta distância, uma vez que a velocidade do veículo é o fator principal a ser considerado.

26-(IBED) A distinção entre penalidade e medida administrativa no CTB reside fundamentalmente no fato de que as penalidades são aplicadas diretamente pelo órgão ou entidade de trânsito, enquanto as medidas administrativas são de execução exclusiva da polícia rodoviária federal, visando prioritariamente à segurança viária e não à punição do infrator.

27-(IBED) Situação hipotética: Um motorista profissional, habilitado na categoria D, após ser aprovado em curso de reciclagem, tem sua CNH restituída. Posteriormente, é submetido a perícia médica e psicológica, sendo julgado apto com restrição para uso de lentes corretivas. Assertiva: A referida restrição de uso de lentes corretivas, se não estiver especificada na CNH por ocasião da emissão, invalida a habilitação para a condução de veículos de passageiros, mesmo que o condutor esteja efetivamente utilizando as lentes.

28-(IBED) A infração de trânsito classificada como gravíssima, conforme o Código de Trânsito Brasileiro, acarretará sempre, além da multa pecuniária, pontos na Carteira Nacional de Habilitação e, em alguns casos específicos, a suspensão do direito de dirigir, sendo que a pontuação é o único critério para a aplicação da suspensão do direito de dirigir por acúmulo de infrações.

29-(IBED) Segundo o CTB, para que um veículo seja licenciado, é indispensável que esteja em conformidade com as normas de segurança veicular, incluindo a verificação periódica de seus equipamentos obrigatórios, sendo que a aprovação em inspeção veicular ambiental é condição sine qua non para o licenciamento anual em todo o território nacional, independentemente da idade do veículo ou de sua categoria.

30-(IBED) Em caso de emergência que exija atendimento imediato a uma vítima de acidente de trânsito, a prioridade máxima é garantir a segurança do local e acionar os serviços de emergência, sendo que a remoção da vítima do veículo só deve ser realizada por leigos em situações de risco iminente à vida, e ainda assim, com o mínimo de movimentação possível para evitar agravamento das lesões.

31-(IBED) A substituição de fusíveis em um veículo com problema elétrico deve ser feita por outro fusível de mesma amperagem, e a utilização de um fusível de amperagem superior, mesmo que provisoriamente para teste da funcionalidade de um componente, não acarreta riscos significativos ao sistema elétrico, desde que não haja outros sinais de sobrecarga.

32-(IBED) O artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, autoriza a acumulação de dois cargos públicos de professor, sendo que, excepcionalmente, um cargo de professor pode ser acumulado com o cargo de condutor/socorrista do IBED, desde que haja compatibilidade de horários e aprovação em estágio probatório para ambos os cargos.

33-(IBED) A ética profissional de um condutor/socorrista exige o sigilo das informações obtidas no exercício da função, mesmo em situações onde a revelação de fatos possa auxiliar em investigações policiais ou judiciais referentes a acidentes de trânsito com vítimas, pois a confidencialidade prevalece sobre a colaboração com a justiça.

34-(IBED) A estabilidade no serviço público, adquirida após três anos de efetivo exercício e avaliação de desempenho satisfatória, garante ao servidor a permanência no cargo, exceto em casos de sentença judicial transitada em julgado, processo administrativo disciplinar com ampla defesa e contraditório ou, ainda, em situação de excesso de despesa com pessoal que justifique a perda do cargo, conforme previsto na Constituição Federal.

35-(IBED) Em relação à manutenção básica de veículos, o nível da água do radiador, o óleo do motor e o fluido de freio devem ser verificados periodicamente, sendo que a coloração escura do óleo do motor indica, invariavelmente, a necessidade imediata de sua troca, independentemente da quilometragem percorrida desde a última manutenção.

36-(IBED) A reintegração é a forma de provimento de servidor que retorna ao cargo anteriormente ocupado, quando inválida a sua demissão por decisão judicial ou administrativa, sendo que o servidor reintegrado tem direito a todas as vantagens e remunerações que teria percebido durante o período em que esteve ilegalmente afastado.

37-(IBED) Situação hipotética: Durante um acionamento, o condutor de uma ambulância se depara com um congestionamento e, para ter a via livre, utiliza a buzina de forma contínua e excessiva, causando incômodo aos demais motoristas. Assertiva: Embora em serviço de urgência, a conduta do condutor caracteriza infração de trânsito por uso inadequado da buzina, passível de penalidade, e não se justifica pela urgência do socorro, pois há limites para as prerrogativas dos veículos de emergência.

38-(IBED) A aposentadoria por invalidez no serviço público federal é concedida com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, salvo se a invalidez decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, casos em que os proventos são integrais, mas sempre condicionada à comprovação da incapacidade total e permanente para o trabalho em qualquer esfera de atividade.

39-(IBED) O Sistema Nacional de Trânsito (SNT) é composto por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mas a competência para legislar privativamente sobre trânsito e transporte é da União, sendo vedado aos Estados-membros regulamentar questões atinentes à habilitação e registro de veículos de qualquer natureza.

40-(IBED) A responsabilidade ambiental na condução veicular implica na adoção de práticas como a manutenção preventiva do veículo, a fim de reduzir a emissão de poluentes, e o descarte correto de pneus e óleos lubrificantes, sendo que a simples utilização de combustível de menor octanagem, por si só, é uma prática ecologicamente correta, pois reduz o impacto ambiental dos veículos.

41-(IBED) Nos termos do art. 5º da Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, sendo que tal garantia fundamental impede que o condutor de veículo de emergência, em missão de socorro, utilize a via de trânsito em sentido contrário à direção normalmente permitida, mesmo que seja a única forma de salvar uma vida.

42-(IBED) Situação hipotética: Um condutor socorrista, durante o expediente, se envolve em uma discussão acalorada com um colega de trabalho e, mediante ofensas, desrespeita a hierarquia. Assertiva: Essa conduta, a depender da gravidade e reincidência, pode configurar falta disciplinar, sujeitando o servidor às penalidades previstas na legislação específica do regime jurídico, inclusive a suspensão ou demissão, independentemente de haver ocorrido fora do veículo ou em serviço de urgência.

43-(IBED) O uso do cinto de segurança é obrigatório para todos os ocupantes do veículo em movimento, exceto para aqueles que possuam atestado médico de contra-indicação, sendo que a infração por falta do uso do cinto de segurança é de natureza grave, passível de multa e retenção do veículo até a regularização, mas não acarreta a perda de pontos na CNH, por ser uma medida que visa apenas à segurança individual do ocupante.

44-(IBED) A sinalização de trânsito, conforme o CTB, classifica-se em vertical, horizontal, semafórica, dispositivos de sinalização auxiliar e gestos de agentes de trânsito e condutores, e sua inobservância constitui infração de trânsito, sendo que as placas de regulamentação, quando desobedecidas, geram penalidades mais severas do que as placas de advertência, pois as últimas apenas indicam condições potencialmente perigosas e não impõem obrigações.

45-(IBED) Noções elementares de mecânica básica incluem a inspeção da bomba d'água, cuja falha pode levar ao superaquecimento do motor. A verificação visual de vazamentos no sistema de arrefecimento e a observação do indicador de temperatura no painel são as únicas formas eficazes de prevenir este problema em veículos mais antigos, desconsiderando a importância da verificação do líquido de arrefecimento.

46-(IBED) O licenciamento de um veículo é anual e sua emissão está condicionada ao pagamento do IPVA, do seguro obrigatório (DPVAT) e das multas por infrações de trânsito e ambientais, sendo que a condução de veículo não licenciado, mesmo que por um atraso de apenas um dia no pagamento, constitui infração gravíssima, passível de multa, remoção do veículo e perda de pontos na CNH, e o recolhimento do CRLV.

47-(IBED) A educação para o trânsito, conforme o CTB, é um direito de todos e um dever dos órgãos e entidades de trânsito, devendo ser promovida em todos os níveis de ensino, sendo que a participação em cursos de direção defensiva, embora recomendada, não é obrigatória para a renovação da CNH de condutores profissionais, que já possuem experiência comprovada e constante no trânsito.

48-(IBED) Situação hipotética: Um motorista de ambulância, após realizar um transporte de urgência, percebe um cheiro forte de queimado vindo do motor do veículo. Assertiva: A correta ação do condutor é parar o veículo em local seguro, desligar o motor, acionar a equipe de manutenção e, caso visível fumaça ou fogo, utilizar o extintor de incêndio, priorizando a segurança dos ocupantes e do próprio veículo, e notificar imediatamente a chefia sobre o incidente, independentemente da gravidade aparente.

49-(IBED) De acordo com o Decreto nº 62.127/68 e o Decreto nº 2.327/97, que regulamentam o Código de Trânsito, as disposições relativas à expedição da Carteira Nacional de Habilitação aplicam-se exclusivamente aos motoristas de veículos automotores particulares, não abrangendo os condutores de veículos de emergência, que se submetem a regras de habilitação específicas, distintas das normas gerais.

50-(IBED) A aquisição da estabilidade por servidor público se efetiva independentemente de avaliação de seu desempenho, sendo um direito adquirido automaticamente após o cumprimento do período de estágio probatório, a menos que o servidor seja demitido por processo administrativo disciplinar antes de completar o referido período.